



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 372, DE 2025**

**(Da Sra. Renata Abreu)**

Dispõe sobre o incentivo à pesquisa das causas do câncer, institui parcerias público-privadas (PPPs), cria o Prêmio Nacional de Pesquisa sobre o Câncer, estabelece benefícios fiscais para empresas e instituições que investirem em estudos na área, concede bolsas de estudo para alunos de alto desempenho e autoriza a criação de ação orçamentária específica.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE  
SAÚDE;

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**PROJETO DE LEI Nº        DE 2025**  
(Da Sra. Renata Abreu)

Dispõe sobre o incentivo à pesquisa das causas do câncer, institui parcerias público-privadas (PPPs), cria o Prêmio Nacional de Pesquisa sobre o Câncer, estabelece benefícios fiscais para empresas e instituições que investirem em estudos na área, concede bolsas de estudo para alunos de alto desempenho e autoriza a criação de ação orçamentária específica.

Apresentação: 11/02/2025 12:43:51.770 - Mesa

PL n.372/2025

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Nacional de Pesquisa e Prevenção do Câncer (PNPPC), com o objetivo de fomentar estudos científicos, desenvolver tecnologias para diagnóstico precoce, prevenção e tratamento do câncer.

**Art. 2º** O programa terá como diretrizes:

I – Apoio a instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento de estudos sobre as causas do câncer;

II – Desenvolvimento de metodologias para diagnóstico precoce e inovação no tratamento da doença;

III – Fomento à prevenção do câncer por meio de campanhas de conscientização e detecção precoce;

IV – Estabelecimento de parcerias público-privadas (PPPs) para financiamento de projetos e infraestrutura laboratorial;



V – Concessão de bolsas de estudo para alunos brasileiros natos ou naturalizados que comprovem alto desempenho acadêmico em programas governamentais de incentivo à pesquisa;

VI – Obrigatoriedade de aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos bolsistas em instituições de pesquisa ou órgãos públicos no Brasil por um período mínimo de 2 (dois) anos;

VII – Divulgação dos avanços científicos e tecnológicos obtidos por meio do programa.

**Art. 3º** Fica criado o Prêmio Nacional de Pesquisa sobre o Câncer, a ser concedido anualmente pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, como reconhecimento aos melhores projetos desenvolvidos na área.

Parágrafo único. O prêmio consistirá em apoio financeiro e institucional para viabilizar a implementação dos projetos premiados.

**Art. 4º** Para incentivar o investimento no setor, as empresas e instituições que aplicarem recursos em pesquisas relacionadas ao câncer terão direito a incentivos fiscais, conforme regulamentação posterior.

**Art. 5º** Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Orçamento Geral da União, uma ação orçamentária exclusiva para financiamento de pesquisas, bolsas de estudo e projetos de prevenção do câncer, garantindo recursos contínuos para o setor.

**Art. 6º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 41. Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação



## JUSTIFICAÇÃO

O câncer é uma das principais causas de morbidade e mortalidade no Brasil e no mundo. Com a constante evolução dos métodos de diagnóstico e tratamento, é fundamental que a ciência e a pesquisa no país tenham um apoio efetivo para o avanço no combate a essa doença. O presente Projeto de Lei propõe a criação do \*\*Programa Nacional de Pesquisa e Prevenção do Câncer (PNPPC)\*\*\*, um marco para o incentivo à pesquisa científica e ao desenvolvimento de novas tecnologias, com o intuito de salvar vidas e melhorar a qualidade de vida dos pacientes diagnosticados com câncer.

Este programa visa concentrar esforços em áreas estratégicas, como a pesquisa das causas da doença, o diagnóstico precoce e a inovação terapêutica. As diretrizes propostas, como o apoio a instituições de ensino e pesquisa e a implementação de campanhas de conscientização e prevenção, buscam uma abordagem holística e integrada para o enfrentamento do câncer.

A promoção do diagnóstico precoce tem o potencial de aumentar as taxas de cura e reduzir os custos associados ao tratamento de estágios avançados da doença.

Adicionalmente, o fomento à pesquisa será complementado por bolsas de estudo destinadas a alunos com alto desempenho acadêmico, garantindo a formação de profissionais qualificados para trabalhar na área de pesquisa do câncer. O estabelecimento de parcerias público-privadas (PPPs) permitirá a criação de um ambiente propício para a inovação tecnológica, além de ampliar os investimentos no setor.

A criação do Prêmio Nacional de Pesquisa sobre o Câncer, que reconhecerá os melhores projetos de pesquisa, incentivará ainda mais os cientistas e pesquisadores a contribuir com soluções criativas e eficazes para a luta contra o câncer.

Outro ponto essencial da proposta é a concessão de incentivos fiscais a empresas que financiarem projetos de pesquisa na área de câncer, promovendo o engajamento do setor privado em uma causa de importância nacional. Este incentivo contribuirá para a expansão das pesquisas e para a criação de soluções mais acessíveis à população.



O compromisso com a implementação do \*\*PNPPC\*\* é fortalecido pela garantia de recursos contínuos, com a criação de uma ação orçamentária exclusiva, estabelecendo uma base financeira sólida para garantir a continuidade do programa e dos projetos de pesquisa ao longo dos anos.

Com base nesses argumentos, solicito o apoio desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei, que visa, não apenas ampliar o conhecimento sobre o câncer, mas também proporcionar à população brasileira uma melhor qualidade de vida, com diagnósticos mais rápidos, tratamentos mais eficazes e, conseqüentemente, uma redução significativa dos índices de mortalidade pela doença.

Sala das Sessões, em                      de fevereiro de 2025.

Deputada **Renata Abreu**  
PODE-SP



**FIM DO DOCUMENTO**